

RESISTÊNCIA, SAÚDE MENTAL E TERRITÓRIO: OS RESULTANTES PSICOSSOCIAIS DO ETNODESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES AMAZÔNICAS

Maiksson Santos da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho visa investigar os principais efeitos do etnodesenvolvimento em comunidades indígenas, enfatizando a relação entre saúde mental, território e resistência. Esta pesquisa se justifica a partir do crescente interesse econômico em territórios indígenas para extração de recursos naturais. Tais empresas dispõem de grandes tecnologias com alto poder de devastação, ocasionando enormes modificações nos ecossistemas e impactando o bem-viver dos povos tradicionais. Utilizou-se do método de revisão bibliográfica crítica para construção deste artigo, abrangendo diversas áreas do saber como a psicologia, antropologia, educação e saúde comunitária. O papel do psicólogo é observar, denunciar e sensibilizar-se para as questões indígenas. E, de forma ética, não deve reproduzir discursos que incentivem práticas fundamentadas em uma visão normativa ocidental. Conclui-se que o etnodesenvolvimento, compreendido como o autogerenciamento e organização dos recursos próprios pelos povos indígenas, é imprescindível para a preservação da sua relação com o bem-viver.

Palavras-chave: Saúde Mental. Etnodesenvolvimento. Povos indígenas. Resistência.

ABSTRACT: The present study aims to investigate the main effects of ethnodevelopment in Indigenous communities, emphasizing the relationship between mental health, territory, and resistance. This research is justified by the growing economic interest in Indigenous lands for the extraction of natural resources. Such enterprises rely on advanced technologies with a high capacity for devastation, causing profound changes to ecosystems and negatively affecting the well-being of traditional peoples. A critical literature review was employed as the methodological approach for the development of this article, encompassing different fields of knowledge such as psychology, anthropology, education, and community health. The role of the psychologist is to observe, denounce, and remain sensitive to Indigenous issues, and, from an ethical standpoint, to avoid reproducing discourses that encourage practices grounded in a Western normative perspective. It is concluded that ethnodevelopment—understood as the self-management and organization of their own resources by Indigenous peoples are essential for preserving their relationship with well-being.

Keywords: Mental Health. Ethnodevelopment. Indigenous Peoples. Resistance.

INTRODUÇÃO

O Etnodesenvolvimento, refere-se ao termo utilizado como alternativa às práticas etnocidas e desenvolvimentistas, que observam as comunidades indígenas e sociedades tradicionais como sendo um obstáculo ao “progresso”, de acordo com Verdum (2006). Nesse

¹ Graduando em psicologia, Faculdade Serra Dourada.

sentido, o termo quando empregado ao contexto amazônico é pensado justamente nas comunidades indígenas, ribeirinhas e rurais, tendo em vista que são as populações mais afetadas com a entrada de projetos que modificam o ambiente em que se inserem.

As comunidades tradicionais se deparam com as diversas maneiras de pressão e vulnerabilidades devido a imposição de modelos desenvolvimentistas invasivos em seus territórios. Portanto, as principais causas desses impactos no modo de vida são a subtração das pessoas que vivem em contato com a natureza, de onde retira seu sustento, ou a saída obrigatória devido a escassez de recursos naturais após a implantação de barragens para hidrelétricas, contaminação ambiental por mineradoras ou a invasão de terras em reservas ambientais para expansão do agronegócio.

A região norte do Brasil é a localidade onde se concentra a maior parte da floresta amazônica no território nacional abrangendo o total de sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins que nas últimas décadas se tornaram palco de evidentes transformações geográficas, culturais, econômicas dentre outras.

Os sujeitos que desenvolvem, por anos, uma ligação territorial que ao ser ameaçada ou rompida pode impactar não apenas as suas condições de moradia ou subsistência, mas implicam na saúde mental, tendo em vista que tais mudanças provocam alterações psicossociais causadoras de sofrimento psíquico, prejuízo na identidade comunitária, perda da cultura e saberes tradicionais.

Este artigo justifica-se devido ao crescente interesse exploratório econômico na Amazônia legal, dos projetos que se apresentam com a face do “progresso”, entretanto, trazem consigo as marcas que põem em risco o modo de vida dos povos tradicionais, através de conflitos pelo território que nela vivem. Dessa forma, tais fatores contribuem para uma série de agravantes socioculturais e emocionais que são invisibilizados. Portanto, a psicologia ao se aproximar das causas sociais, pode contribuir para entendimento sobre saúde mental, através de articulações com políticas públicas, levando em consideração a realidade das populações impactadas. Considerando que saúde mental não significa ausência de patologias como afirmam Marinho e Rodrigues (2010), a saúde mental tem sido entendida como resultado de diversas e complexas interações incluindo fatores sociais, psicológicos e biológicos.

O objetivo deste artigo é verificar os principais impactos provocados por projetos de exploração de recursos naturais em comunidades amazônicas, tendo como destaque a dinâmica entre psicologia, saúde mental, resistência, vínculo territorial e investigar a importância do

território na formação da subjetividade dos povos amazônicos a partir de uma revisão bibliográfica crítica.

METODOLOGIA

O presente artigo se qualifica como uma revisão bibliográfica crítica. Com a proposta de reunir, investigar e discutir textos acadêmicos que tratam os efeitos psicossociais dos projetos de características mercantilistas em contextos amazônicos, visando as relações entre saúde mental, território e resistência coletiva.

As pesquisas foram concretizadas em bases de dados científicos como Google Acadêmico, SciELO, pePSIC e Catálogo de teses e dissertações do CAPES. Levando em consideração a relevância de uma abordagem multidisciplinar, que não se limita apenas a uma área de saber, isto é, abrangendo produções que envolvam o campo da psicologia, saúde comunitária, educação e antropologia.

Para as buscas foram utilizados termos chaves, com combinações de diferentes formas: “Saúde mental”, “Etnodesenvolvimento”, “Território”, “Amazônia”, “Psicologia Social”, “Comunidades Tradicionais” “Região Norte”.

Como critério de inclusão, foram utilizados textos que possuem acesso gratuito e integral, publicados em português, inglês ou espanhol, que evidenciam pertinência na concepção dos processos entre etnodesenvolvimento e saúde mental comunitária.

Para critério de exclusão, foram desconsiderados os trabalhos que não levam em consideração aspectos econômicos, vínculos territoriais, cultura e singularidade das comunidades amazônicas. O processo de seleção não procedeu de forma rígida e sistemática, mas foi direcionada por uma abordagem qualitativa e crítica, direcionada a estruturação interdisciplinar do corpus selecionado, capaz de sustentar a análise proposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

O etnodesenvolvimento possui neste artigo o entendimento de que não se deve considerar somente de forma parcial a participação da opinião indígena sobre ações em seu território, mas sim como afirma Bonfil *apud* Verдум (2010), são os povos originários que devem ser responsáveis por seu autogerenciamento, tomando as decisões sobre seu próprio destino. Nessa mesma linha, na análise de Verдум (2010), entende-se que para haver autogestão étnica é essencial existir condições necessárias para que se possa exercer a autonomia de uma cultura que ao se manifestar, conduza e defina seu próprio desenvolvimento.

Para Stavenhagen *apud* Souza, F. da C et al. (2021), no entodesenvolvimento a comunidade indígena manifesta-se com soberania em seu território, de maneira a decidir sobre seus recursos, organização coletiva e cultura, dispondo do poder em defender seus interesses frente ao Estado.

Em concordância com Ayala e Fehlauer, T (2014), apesar dos percalços na interpretação do etnodesenvolvimento, visto que o conceito não se apresenta de forma separada do modelo social em que surgiu, não faz desse impasse um impeditivo para as sociedades indígenas participar de um avanço, que ocasionou a perda política de suas comunidades, tornando justo a sua busca por direitos frente ao Estado em que vivem inseridos.

Na perspectiva de Souza, F. da C et al. (2021), a sociedade precisa elaborar um desenvolvimento sustentável. Para os autores, é fundamental que se compreenda a natureza não apenas sendo um objeto a ser utilizado pelo ser humano, mas como um ser dotado de valores e não apenas com finalidade de matéria para projetos utilitaristas, desse modo, reconhecendo outras formas de interação com a natureza.

O território é determinante na qualidade de vida dos que estão integrados em sua dimensão, como conclui Gottmann (2012), o território abrange proporções que vão para além do espaço geográfico físico, atuando como instrumento da relação entre mente e corpo, essencial para promover a pluralidade social entre as comunidades mesmo que se desenvolvam em áreas separadas.

É importante destacar a subjetividade como pilar da cultura amazônica, pois sustenta a diversidade coletiva e individual de modos de se apresentar, que se distingue de outras localidades. Para Silva, Oliveira e Nunes (2019), a constituição do sujeito amazônico é atravessada por uma construção em nível individual (micro) e coletivo (macro), emergindo onde o sujeito encara sua própria percepção de *ser* e se estendendo aos aspectos da globalização moderna que provocam uma ânsia de possuir e conquistar sua garantia nesse sistema externo, mesmo que para isso tenha de optar por negar sua origem na esperança da uma promessa de vida melhor.

Alguns autores desenvolvem produções que investigam os efeitos das violências contra os povos indígenas em sua saúde mental, Pontes *apud* El Kadri et al. (2021), apontam que as violências apresentam estruturas, tendo em vista que incide na vida das pessoas a partir de escolhas históricas e econômicas. As expressões das violências contra os indígenas se perpetuam, por exemplo, pelas invasões de terras, aliciamento, proibição às manifestações religiosas e culturais, roubos, fome, exploração sexual e discriminação de mulheres.

Seguindo essa mesma linha de argumento, El Kadri et al. (2021), expõe a invisibilização como agravante das condições de violências, que se expressam pela falta de dados estatísticos oficiais devido a um processo colonial em que se produz a não existência dessas comunidades.

As investigações dos impactos causados pela invasão dos não indígenas em seu território e sua influência sobre os mesmo tem se ampliado, deixando de ser exclusivamente campo dos indigenistas e antropólogos para se tornar uma questão interdisciplinar, em específico do campo da saúde indígena, Odair (2019).

O destaque da atuação do psicólogo no contexto das comunidades, afirma Lane (2002), se dá através de intermediação entre linguagem e representações sociais, tendo em vista que esse vínculo é essencial entre sujeito e coletivo. Além disso, o psicólogo trabalha com as emoções e afetos próprios da subjetividade, desse modo, exerce sua ação a nível da consciência, da atividade e identidade das pessoas, contribuindo para construção de uma harmônica convivência em comunidade.

Para pensar no cuidado sobre saúde mental indígena Mendes e Varga (2024), retratam a saúde mental para além da ausência de doença, refere-se portanto ao bem-estar individual, familiar, comunitário e cabe considerar as dimensões territoriais, ecológicas e espirituais. Em complemento a idéia de observar a saúde indígena de forma independente as práticas hegemônicas, desenvolvidas fora do contexto amazônico, reforça Krenak (2020), para pensar nesse cuidado de saúde é preciso abandonar as pré-concepções do que se entende por saúde, doença, bem-estar, tendo em vista que estão associadas a concepção de um corpo cristalizados, dado e não de um corpo que se constitui na relação com a natureza. Essa perspectiva contraria um sistema que observa o indivíduo como separado da natureza, devendo ser produtivo e seguidor de um modelo social ideal.

É fundamental um questionamento acerca da adaptabilidade dos indígenas ao sistema que contrapõe seu modo de viver, como problematiza Viveiros de Castro (2000, apud Tible, 2017, p. 99), seria possível adequar as capacidade técnicas dos brancos, com os outros modos de dinâmicas sociais que não seja o seu? Além disso, aos indígenas ficariam os desafios de apropriar-se das tecnologias dos brancos, ou seja, resultado de uma visão objetificada, sem se macular com sua violência, arrogância ou pela excêntrica fetichização da mercadoria.

No contexto tradicional indígena o movimento em direção à busca de uma melhora na saúde pode ser chamado de autoatenção, enfatizam os autores El Kadri, Michele Rocha et al. (2021), são práticas que se subdividem em dois sentidos, no seu nível amplo abrange a reprodução biossocial dos sujeitos indígenas, como garantia biológica através do alimento,

saúde, sobrevivência, e, no sentido social, a transmissão de valores, leis, costumes, cultura etc. Por fim, seu nível estrito se caracteriza pela relação ao cuidado que os indígenas possuem em relação ao tratamento e compreensão da doença ou desequilíbrio no seu bem-estar.

O desenvolvimento das ações sobre saúde mental indígena, pondera Berni (2017), traz uma crítica essencial: considerar que as comunidades indígenas sejam vistas como em estado de vulnerabilidade, apesar de o serem, mas que estas comunidades não sejam interpretadas como subculturas de uma cultura soberana, de modo que não devem receber o mesmo tratamento. Isto é, trata-se de culturas inseridas em uma cultura que permeia seu território e que lutam por sua sobrevivência.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa de garantir seus direitos a um bem-viver, como uma *perspectiva guerreira pela saúde*, que não delimita o cuidado em saúde a diagnósticos frutos do pensamento ocidental. Portanto, trata-se da resistência que visa proteger o modo singular de estar no mundo dos povos indígenas, não sendo uma tentativa de voltar a ser o que era antes, mas reafirmando a sua autonomia sem render-se ao domínio do Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos artigos selecionados, foi possível observar que os povos indígenas sofreram e ainda sofrem com invasões em seus territórios, que resultam em diversos agravantes na saúde e bem-estar, assim como: perda de sua identidade, violências, discriminações, expulsão das comunidades de seus territórios, sofrimento psíquico, proibições de cultos religiosos, esquecimento de suas tradições, dentre outros.

É essencial destacar como o autogerenciamento dos povos indígenas sobre seu modo de viver corresponde a menos consequências na saúde e cultura das comunidades. Para elucidar essa autodeterminação, Baines (1991), expõe o exemplo da comunidade indígena Aborígene, ao norte da Austrália após a criação de uma legislação do governo – que promovia o autogerenciamento de seu modo de viver – passou por dois processos: ocorreu a reafirmação das concepções coletiva de posse, junto às reivindicações de seus direitos sobre o território e o segundo foi a organização em sentido político, com aspectos de sua própria identidade, vivendo de forma autônoma com controle de suas instituições.

Os efeitos se revelam também em aspectos subjetivos, sobretudo na qualidade de vida e vínculo territorial dos povos residentes das regiões amazônicas. De acordo com Acosta et al. *Apud* Souza, F. da C et al. (2021), o modo de viver para o indígena fundamenta-se em uma perspectiva holística e o bem-estar que dele surge exige equilíbrio entre território e ecossistema,

amparados por recursos naturais do cotidiano indígena, que proporcionam de tal maneira a reprodução cultural coletiva e individual, quanto a proteção dos conhecimentos tradicionais que asseguram a vida dos povos indígenas de forma individual e social.

A violência contra os povos indígenas é um retrocesso às políticas públicas que visam protegê-los. Um exemplo disso é enfatizado por El Kadri et al. (2021), que argumenta como a falta de fiscalizações que possibilita o maior desmatamento do território indígena, assim como a sua invasão por garimpeiros, madeireiros e donos de fazendas que derrubam áreas de conservação para o agronegócio.

A resistência indígena se apresenta mediante as violências ou ameaças ao seu território e comunidade. Um exemplo de resistência são os protestos para impedir o desenvolvimento de projetos que alteram significativamente o ecossistema da Amazônia. Em concordância com Fischer (2014), o que em alguns casos se tratava de ocupação para agricultura, não ocasionava enormes conflitos por pressão dos colonizadores. Posteriormente surgem novos invasores, grandes corporações que dispõe da alta tecnologia para destruir grandes áreas rapidamente, enquanto são constantemente incentivadas pelo Estado. Para evidenciar o sentimento de insegurança Mendes e Varga (2024), através de suas entrevistas captaram frases que refletem o cotidiano indígena frente às ameaças de invasão territorial. “A gente dorme com o ouvido cá em cima”, diz Cuarana, que na sequência declara: “tem muitos que não aguentam o arrocho”, acredita-se que a última frase alude ao que conhecemos por um processo de sofrimento psíquico que desencadeia a depressão.

7

A atenção básica à saúde indígena é atravessada por percalços, um desses desafios na prática de saúde é justamente a cultura assistencialista do não indígena. Muitos gestores e profissionais tendem a possuir uma visão do indígena que não abrange sua integralidade, como visão de mundo, espiritualidade, tradições ao lidar com a saúde, Nascimento (2018).

A respeito da prática em saúde ofertada pelo Estado Brasileiro, Batista (2010) enfatiza a dificuldade governamental em romper com a perspectiva dominante de “saber”, para ampliar sua concepção de modos diferentes de existência e desenvolver projetos que sejam abrangentes à cultura indígena e, portanto, mais eficientes.

O campo da psicologia passou a integrar as questões sobre saúde mental dos indígenas a partir de 2004, após um seminário organizado pelo Conselho Federal de Psicologia junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A permissão para abordar tais demandas se deu a partir do IV Congresso de psicologia em 2001, do qual se definiu que a práxis do psicólogo deve observar, denunciar e sensibilizar-se para a questão indígena. O propósito da psicologia é se

aproximar da realidade cotidiana das comunidades indígenas e da sua relação com os não indígenas, assim como seus efeitos na saúde mental e em seus territórios, Berni (2017).

A atuação em saúde mental e suas intervenções no contexto indígena deve ser organizada em torno da noção de que a forma como fazemos as coisas não é única existente Batista (2010), defende que se o profissional deseja não ser mais um autor na reprodução dessa prática, que manifesta-se como fruto da visão ocidental de normalidade é crucial compreender o modo como o sujeito foco da sua atividade enxerga o mundo. Nessa mesma linha de pensamento Berni (2017), assume que a disciplina de psicologia ao se aproximar das questões indígenas como a saúde mental não pode ser interpretada de forma fragmentada. Isso em razão de tanto a psicologia quanto a saúde mental possuírem conceitos baseados na perspectiva de uma cultura envolvente. Portanto, atuar junto aos indígenas é participar dos conflitos entre as culturas.

E se tratando de etnodesenvolvimento, que é percebido e aceito como uma tentativa de adequação aos traços originários Gallegos Souza, F. da C et al. (2021), expõe como o bem-viver enquanto conceito que envolve uma gama de características que refletem qualidade de vida para além do ter, como: ser, estar, fazer, sentir, amar e ser amado, vivendo em harmonia com sua cosmovisão singular. Portanto, esta se tornaria uma opção mais interessante, entretanto sua realização é considerada utópica devido ao seu discurso e aplicabilidade enquanto atividade política em muitos espaços.

Nessa perspectiva é imprescindível a preservação do território, enquanto formador da identidade indígena e garantidor da sua relação natural com o bem-viver, de modo que os povos tradicionais e sua existência territorial não sejam ainda mais impactados por modelos econômicos que são fundamentados na modificação da natureza a fim de extrair recursos, devastando vegetações nativas, agredindo os indígenas e sua relação harmônica com a natureza da qual vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do corpus selecionado, evidenciou-se o etnodesenvolvimento como alternativa às práticas etnocidas que emergem com a face de “progresso”, encobrendo os impactos causados ao ambiente e na saúde mental das comunidades tradicionais. Os resultados mais alarmantes surgem dos conflitos por território, espaço essencial na formação da identidade indígena. Tais embates provocam mudanças no ambiente, ferindo e ameaçando o bem-viver. Aspectos como saúde, língua, cultura, espiritualidade e gerenciamento dos recursos naturais são

atravessados pela invasão territorial por garimpeiros, produtores do agronegócio e mega projetos apoiados pelo próprio Estado Brasileiro.

A implementação de grandes projetos na Amazônia como hidrelétricas, aberturas de ferrovias, empresas de mineração e criação de portos possuem permissão para produzir grandes alterações à fauna e à flora.

O debate em torno do etnodesenvolvimento enquanto conceito e aplicação se estende através de diversos autores (Verdum, 2010; Souza, F. da C et al, 2021; Ayala e Fehlaue, 2014). A literatura propõe o autogerenciamento como a forma de se organizar, administrar seus próprios recursos, decidir de forma integral o seu destino. Portanto, seria mais eficaz preservar os povos amazônicos assim como sua relação com a natureza do que impor modelos em torno do que é “bom” para o indígena, com base em uma visão ocidental.

O território amazônico é parte essencial da singularidade dos povos indígenas, sua cosmovisão compreende o ser de forma integrada à natureza. Desse modo, os elementos formadores da subjetividade produzem características de comportamentos e modos de viver que não são encontradas em outras localidades.

A atuação da psicologia contemporânea encontra barreiras ao abordar as questões indígenas, sobretudo porque sua prática exige uma conduta ética de respeitar o modo de viver que se distancia da realidade em que surgem suas teorias. A perspectiva de saúde não se restringe à ausência de patologia, mas um bem-estar que abrange o equilíbrio das dimensões entre natureza, comunidade e espiritualidade. Além disso, para elaborar qualquer ação sobre saúde com os indígenas é preciso abandonar toda pré-concepção ocidental estruturada no que seja saúde ou doença. Como argumenta Odair (2019), é complexo tentar compreender as necessidades dos povos indígenas se não temos a experiência cultural análoga à sua. Este dilema não se limita ao campo da psicologia mas a todas as práticas que partem do Estado.

Por fim, lançar luz sobre tais temáticas é fundamental para se aproximar do contexto das comunidades amazônicas e, de forma horizontal, buscar construir novos parâmetros para atuação da psicologia com os povos indígenas que há séculos vêm sendo impactados através da invasão daquilo que chamam de lar.

REFERÊNCIAS

AYALA, C.; FEHLAUER, T. Considerações críticas sobre o conceito etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. *Tellus*, Campo Grande, v. 14, n. 26, 2014. Disponível em: <https://tellus.ucdb.br/tellus/article/view/94>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ALVES, Ana Alexandra Marinho; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. **Determinantes sociais e económicos da saúde mental**. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Lisboa, v. 28, p. 127-131, 2010. DOI: 10.1016/S0870-9025(10)70003-1. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0870902510700031>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BAINES, Stephen Grant. **Etnologia e indigenismo na Austrália**. Brasília, DF: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (Série Antropologia, n. 115), 1991. Disponível em: <http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie115empdf.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BATISTA, Marianna Queiróz. **Saúde mental indígena: um desafio interdisciplinar**. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/185253035.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BERNI, Luiz Eduardo Valiengo. **Psicologia e saúde mental indígena: um panorama para construção de políticas públicas**. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/nspe/ao6nspe.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

EL KADRI, Michele Rocha et al. **Bem viver: saúde mental indígena**. São Paulo: Rede UNIDA, 2021. 156 p. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro-Bem-viver-Saude-Mental-Indigena.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FISHER, William H. O contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena: reflexões críticas sobre um caso emblemático de “desenvolvimentismo” à brasileira**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. p. 133-142. Disponível em: <https://www.abant.org.br/files/CAP-133880763.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FURTADO, Odair. **Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica: ressonância: a Psicologia Social crítica em diálogo com os povos indígenas**. São Paulo: EDUC, PIPEq, 2019. p. 139-149. Disponível em: https://www.academia.edu/43503063/VICENTIN_M_C_G_GONCALVES_M_G_M_MIRANDA_S_C_XAVIER_K_R_Orgs_Construindo_uma_psicologia_social_%C3%A9tico_politica_na_transversalidade_te%C3%B3rica_1_ed_S%C3%A3o_Paulo_EDUC_PIPEq_2019_284p. Acesso em: 18 jul. 2025.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. 2012. Disponível em: https://diwqtxtsixzle7.cloudfront.net/38145708/A_evolucao_do_conceito_de_territorio-libre.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

KRENAK, Ailton. **Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 3, e200711, 2020. DOI: 10.1590/S0104-12902020200711. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n3/e200711/pt/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Lane. **Psicologia social comunitária**. 2002. Disponível em: <https://cliqueapostilas.com/Content/apostilas/a45fodic2dd53ddarb4576788aade24b.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MENDES, Leonardo José de Alencar; VARGA, István van Deursen. **Saúde mental indígena em território de conflitos: o caso da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro no sul da Bahia.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 33, n. 2, e230260pt, 2024. DOI: 10.1590/S0104-129020242230260pt. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/KgCXP8nbXMfrxqQ49Bz3Hvx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2025.

NASCIMENTO, Renata Cruz do. **Saberes tradicionais indígena sobre cuidados em saúde.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38157>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Saulo Vieira Cavalcante da; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; NUNES, Ana Ines Belém Lima. A identidade na realidade amazônica: aspectos históricos, socioculturais e processos subjetivos. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E SUBJETIVIDADE**, II, 2019, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2019. DOI: 10.17648/sneqs-2019-110398. Disponível em: <https://proceedings.science/sneqs-2019/trabalhos/a-identidade-na-realidade-amazonica-aspectos-historicos-socioculturais-e-process?lang=pt-br>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SOUZA, Fernando da Cruz et al. **Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas.** Research, Society and Development, [S.l.], v. 10, n. 2, e48910212860, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12860. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12860>. Acesso em: 24 jun. 2025.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia de indigenismo.** 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2154>. Acesso em: 25 jun. 2025.